



A DECLARAÇÃO DO BISPO DOM ADAIR JOSÉ GUIMARÃES, DA DIOCESE DE FORMOSA (GO): "PELA INTERCESSÃO DE NOSSA SENHORA APARECIDA, VENHA SOBRE VÓS A BÊNÇÃO, QUE NOS IMPEDE DE TER FOME, GUERRA, DOENÇA E O COMUNISMO"

Gilson Xavier de Azevedo¹

Simone Maria Zanotto²

Eloane Aparecida Rodrigues Carvalho³

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a declaração do bispo Dom Adair José Guimarães, da Diocese de Formosa (GO), proferida durante uma bênção religiosa, na qual pede que Nossa Senhora Aparecida nos livre do mal do comunismo. A justificativa para a pesquisa reside na necessidade de compreender os impactos sociais, políticos e religiosos de manifestações públicas de líderes eclesiais no Brasil contemporâneo, especialmente quando associam fé a posicionamentos ideológicos. O problema central a ser investigado é: quais são as implicações sociais, políticas e religiosas da declaração do bispo sobre a relação entre fé e ideologia política? Aventa-se por hipótese que discursos religiosos com conteúdo político podem reforçar divisões sociais, influenciar o comportamento de fiéis por doutrinação e fortalecer narrativas ideológicas no espaço público, geradoras de conflitos. A metodologia adotada é exploratória de caráter bibliográfico com análise qualitativa das fontes, baseada em análise documental e interpretativa, considerando reportagens, pronunciamentos oficiais e o contexto histórico-religioso da afirmação em questão. Os resultados esperados, apontam para a percepção de que a declaração de Dom Adair Guimarães orbita uma estratégia discursiva que funde devoção religiosa e posicionamento ideológico, reforçando assim a influência da Igreja Católica na opinião pública local a partir do seguimento de ultradireita. Observa-se que essas manifestações podem impactar percepções sobre temas sociais e políticos, polarizando a sociedade e fortalecendo vínculos identitários profundos e perigosos entre religião e ideologia política de extrema direita.

Palavras-chave: Religião. Política. Discurso Religioso. Comunismo. Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a relação entre religião, poder e política, percebe-se que esta transpõe séculos de transformações históricas, sociais e culturais. Desde a Idade Média, a Igreja Católica desempenhou papel estrutural no processo de organização da sociedade, influenciando assim decisões políticas, jurídicas e econômicas. Durante esse tempo,

¹ Doutor em Ciências da Religião pela (PUC-GO, 2017) (gilson.azevedo@ueg.br).

² Mestra em Teologia (Área Teologia do Espaço Público - FTSA) (simone.zanotto@seduc.go.gov.br).

³ Doutora em Educação na Universidade Federal de Uberlândia - UFU - (eloane.rodrigues@ueg.br).



diferentes elementos moldaram essa interação, que se imiscui entre alianças estratégicas, rupturas institucionais e disputas ideológicas de todos os tipos. A compreensão desses movimentos é decisiva para se entender os conflitos contemporâneos no entorno das relações entre religião e de política, especialmente quando discursos religiosos são utilizados para legitimar ou conspurcar posições políticas e ideológicas entre os fiéis.

Percebe-se nesse entorno analítico que na Europa medieval, compreendida entre os séculos VII e XIV, a relação entre Igreja e poder era indissociável. A Igreja Católica controlava não somente a produção dos dogmas espirituais, mas também exercia grande influência direta sobre reis, nobres e governos, legitimando seu poder e o próprio. Papas e bispos eram figuras políticas centrais, influenciando a constituição e elaboração das leis, na organização dos territórios e até mesmo na legitimação déspota de monarcas. Nesse mesmo viés, a tese do “poder divino” justificava o poder ilimitado conferido aos governantes no ato de sua coroação pelos bispos dos feudos, reforçando uma hierarquia social em que o clero ocupava posição privilegiada frente aos nobres. A Inquisição, as Cruzadas e a formação do Sacro Império Romano-Germânico são apenas alguns exemplos emblemáticos da interrelação que se erigiu ao longo dos séculos entre o poder religioso e poder político nesse período.

Com o advento da modernidade, a Europa passou por profundas transformações que alteraram essa dinâmica, especialmente após a Reforma Protestante no século XVI que fez diminuir a confiança na benção divina da qual a Igreja Católica se dizia portadora. O movimento de separação entre Igreja e Estado foi consolidado no Iluminismo e nos ideais da Revolução Francesa, que estabeleceram princípios de liberdade religiosa e laicidade por meio da constituição das repúblicas. No entanto, mesmo com a crescente autonomia dos Estados, a religião manteve influência cultural e política, participando de disputas ideológicas e moldando identidades nacionais. O fenômeno da secularização, não apenas eliminou a presença da religião na esfera pública, mas redefiniu seus espaços de ampliação e de atuação.

Na América Latina, a relação entre religião e Estado foi marcada pela colonização europeia, sobretudo pela imposição do catolicismo como instrumento de dominação. Durante séculos, a Igreja Católica esteve vinculada, por meio de seus representantes maiores, aos poderes coloniais, legitimando a exploração de povos originários e a escravidão africana. Com as independências nacionais, no século XIX,



emergiram movimentos que buscaram maior uma autonomia estatal, mas a influência religiosa permaneceu forte na educação, na política e na construção legal. Nas últimas décadas, porém, o avanço do movimento carismático e do neopentecostalismo ampliou a diversidade religiosa e criou novos embates entre instituições religiosas e políticas públicas.

No Brasil, ao longo dos últimos 200 anos, a relação entre religião e política passou por mudanças significativas. Desde a Proclamação da República (1889), quando foi legitimou-se a separação formal entre Igreja e Estado, até os dias atuais, no entanto, a religião permanece como força influente na construção de valores e políticas. O crescimento das igrejas evangélicas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, impulsionou a criação da chamada “bancada evangélica” no Congresso, um grupo de religiosos protestantes que são eleitos pelo voto popular, que atua diretamente na formulação de leis e na definição de pautas morais como aborto e questões LGBTQIAPN+. Essa aproximação intensificou-se no século XXI, especialmente durante os governos recentes, revelando um cenário de maior polarização política e religiosa.

Essa questão dos extremismos evangélicos no Brasil é abordada de forma contundente no documentário “Apocalipse nos Trópicos”, que evidencia como parte do discurso neopentecostal tem sido instrumentalizado para fins políticos. Pastores e líderes religiosos, apoiados por setores conservadores da sociedade, utilizam interpretações bíblicas para sustentar pautas contrárias aos direitos sociais, ao pluralismo religioso e à ciência, fortalecendo um projeto de poder que ultrapassa o âmbito espiritual. Nesse mesmo viés, observa-se, nos últimos 10 anos, uma aproximação expressiva entre setores da Igreja Católica e grupos de extrema-direita, vêm reforçando discursos moralistas e anticomunistas, o que destoia da “opção preferencial pelos pobres”. Um exemplo emblemático desse fenômeno é a declaração do bispo Dom Adair José Guimarães, da Diocese de Formosa (GO), no encerramento do Desperta Brasil em Brasília no último dia 31 de agosto, ao afirmar: “Pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, venha sobre vós a bênção, que nos impede de ter fome, guerra, doença e o comunismo.” Tal posicionamento revela como líderes religiosos têm se colocado como atores políticos, influenciando comportamentos eleitorais e tensionando o debate público.

Assim, para se analisar tais proposições, optou-se por aprofundar três temas: a relação entre religião e política no Brasil nos últimos 200 anos; os extremismos



evangélicos a partir do documentário Apocalipse nos Trópicos e a relação entre Igreja Católica e extrema-direita nos últimos 10 anos.

DESENVOLVIMENTO

1. A relação entre religião e política no Brasil nos últimos 200 anos

Historicamente, nota-se uma estreita proximidade entre religião e política dentro e fora do contexto brasileiro; e esta possui raízes históricas densas, remontando ao período colonial do país, quando a Igreja Católica exercia forte influência sobre a constituição da organização social e civil por meio do regime do Padroado⁴. Nesse nomos, socialmente constituído, o Estado português controlava toda a circulação dos assuntos religiosos, e à Igreja, cabia o ato de legitimar o poder político, criando uma relação de total interdependência entre fé e governo (Domingos, 2021). Com a Proclamação da República, no ano de 1889, foi finalmente promulgada, pela Constituição, os ditames da separação formal entre Igreja e Estado, sendo o Estado, a partir de então, definido como laico. Contudo, na prática cotidiana, essa separação nunca se consolidou por completo, pois símbolos religiosos, discursos morais e tradições católicas permaneceram fortemente incorporados à cultura política brasileira, influenciando questões morais, decisões legislativas e situações sociais (Silva, 2017).

No limiar do século XX, a Igreja Católica manteve sua atuação no meio social e midiático, participando ativamente da formulação de limites religiosos para as políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação, moral social e direitos civis. Durante o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, o catolicismo se consolidou em sua presença na legislação e na identidade nacional, sendo considerado elemento essencial para o soerguimento da unidade do país (Domingos, 2021). Entretanto, a partir da década de 1950, mudanças significativas ocorreram a partir do alastramento dos primeiros movimentos protestantes históricos como o pentecostalismo e, posteriormente, dos grupos evangélicos, que se organizaram com vistas à organização de ações sociais proselitistas e pela expansão das redes de comunicação religiosa de rádio e TV (Cunha; Moura, 2024).

4 O Padroado foi um acordo entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa (e depois também a espanhola), vigente principalmente entre os séculos XV e XIX, que dava aos reis o direito de administrar, financiar e nomear autoridades eclesiásticas nas colônias, em troca de sustentar e difundir a fé católica.



A partir das décadas de 1970 e 1980, observa-se o surgimento e a proliferação das igrejas neopentecostais no Brasil, o que conferiu à nossa história, um novo capítulo à tumultuada relação entre religião e política no Brasil. Igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus passaram a investir maciçamente em meios de comunicação, estabelecendo forte presença midiática e expandindo sua base de fiéis nos Estados e partidos brasileiros (ULME, 2025). Essa estruturação possibilitou a criação de um conjunto de partidos de centro-direita da chamada “bancada evangélica” no Congresso Nacional, uma frente parlamentar organizada que defende pautas conservadoras, como a suposta proteção às bases evangélicas da família tradicional, a oposição à legalização do aborto, a resistência a legislações favoráveis à população LGBTQIA+, o tríplice patriotismo Brasil, Israel e EUA e a disseminação do medo ao fantasma do comunismo. Esse estranho contexto marcou o início de um período em que líderes religiosos inseriram-se com um protagonismo ativo nas negociações políticas e na ocupação de cargos estratégicos, o que acabou por influenciar a agenda nacional.

Não obstante, a crescente participação evangélica não se deu sem conflitos com a Igreja Católica e seguimentos de centro e de esquerda. No caso da Igreja, embora tenha perdido parte de sua hegemonia, mantém expressiva influência sobre setores do Estado. Disputas simbólicas e eleitorais emergiram, principalmente no entorno de pautas morais e culturais de interpretação unilateral. Enquanto os seguimentos católicos moderados ou de esquerda buscam preservar uma identidade histórica vinculada ao nacionalismo e à tradição, os evangélicos neopentecostais articulam um discurso voltado para a teologia da prosperidade e para a promessa de transformação individual, associando fé à ascensão social (Machado, 2015). Essa agenda ideológica entre católicos e evangélicos reflete-se também no apoio político a diferentes candidatos e partidos, aumentando assim a fragmentação do cenário religioso e fortalecendo a polarização política em todo o território nacional.

No século XXI, a atuação de religiosos na política brasileira tornou-se ainda mais exacerbado. A eleição de parlamentares evangélicos e a ocupação de cargos ministeriais por líderes religiosos consolidaram o fenômeno que ficou conhecido como da “politização da fé”, em que igrejas atuam como espaços de mobilização eleitoral e conscientização ideológica (Cunha; Moura, 2024). Ao mesmo tempo, surgiram movimentos católicos ultraconservadores e alianças entre lideranças religiosas e partidos



políticos de direita, o que aprofundou significativamente o debate sobre o Estado laico e seus limites sociais. Esse contexto revela que, embora a Constituição de 1988 reafirme a neutralidade do Estado diante das religiões, na prática, há um diálogo constante e intenso entre fé e poder político, produzindo tensões e redefinindo fronteiras democráticas.

Os últimos vinte anos expuseram um Brasil que vive um processo de religiosidade politizada, mas radical, em que grupos religiosos utilizam a fé para legitimar seus inúmeros projetos de poder. De um lado, a atuação das bancadas evangélicas e católicas evidencia o peso da religião nas decisões parlamentares; de outro, setores progressistas denunciam os enormes riscos de retrocessos sociais e constantes ameaças à diversidade cultural. Como aponta Silva (2017), a presença desses líderes religiosos no debate público mostra com clareza que a religião não apenas influencia as escolhas morais da sociedade, mas também orienta políticas de Estado e define disputas eleitorais. Assim, a tentativa de se compreender a relação entre religião e política no Brasil exige antes de tudo reconhecer sua historicidade, sua complexidade e seu impacto direto na construção da cidadania e da democracia.

2. Os extremismos evangélicos a partir do documentário *Apocalipse nos Trópicos*

O documentário “Apocalipse nos Trópicos” (2025), dirigido pela brasileira Petra Costa, analisa de maneira crítica e embasada o crescimento da influência política do movimento evangélico no Brasil a partir do contexto contemporâneo. O documentário investiga como líderes religiosos, parlamentares e grupos neopentecostais passaram a desempenhar papéis centrais na arena pública, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19 e das eleições de 2022 quando país viveu um advento perigoso do neofascismo da extrema direita. Segundo a narrativa, várias alianças foram estabelecidas entre setores do neopentecostalismo e a extrema-direita brasileira, com impacto direto sobre a formulação de políticas públicas e a configuração do debate democrático atual (NETFLIX, 2025).

A narrativa do documentário evidencia que uma parte significativa dos discursos evangélicos transpõe o campo semântico estritamente religioso e assume caráter político-ideológico, orientando o comportamento eleitoral de milhões de fiéis que vivem uma condição de gado manipulado pela fé. Petra Costa mostra que o conceito de um “projeto messiânico” foi utilizado por diversos líderes para associar candidatos evangélicos e grupos políticos específicos a uma espécie de escolha divina, criando um vínculo



simbólico entre fé, identidade nacional e poder político (Costa, 2025). Essa estratégia fortaleceu campanhas eleitorais de todos os seguimentos políticos, inclusive o de presidente e promoveu a construção de um imaginário coletivo que legitimou o envolvimento das igrejas em decisões governamentais.

É possível ainda, considerar que o documentário citado acima também indica uma vertente chamada “guerra espiritual”, um termo frequentemente usado por líderes evangélicos no Brasil em seus púlpitos inflamados de raiva e questões emocionais. Esse conceito emprega narrativas apocalípticas distópicas para incentivar ou mesmo obrigar os fiéis a se posicionarem contra “inimigos políticos e ideológicos”. Pesquisas como a de Ricardo Mariano (2014) indicam que o crescimento dos grupos pentecostais e neopentecostais no Brasil está diretamente ligado a uma lógica perversamente prejudicial de confronto simbólico, em que a política é pregada e passa a ser vista como um campo de batalha espiritual entre o “bem” ou direita política e elitista e o “mal” ou esquerda política demonizada. O documentário de Petra apresenta essa perspectiva, que corrobora para o entendimento por que os setores religiosos se tornaram elementos estratégicos nas campanhas eleitorais e valiosos a peso de ouro e dolares, especialmente quando ligados à defesa de valores conservadores e morais.

Além disso, o documentário de Petra evidencia o papel dos meios de comunicação controlados por igrejas, como emissoras de TV, rádios, plataformas digitais e redes sociais, no trabalho diuturno de amplificação de discursos radicais de influência política. No mesmo viés, Biroli (2018) afirma que a apropriação da mídia por grupos religiosos tem sido decisiva e perigosa, dado o baixo senso crítico desse seguimento, para consolidar uma narrativa de autoridade e para fortalecer uma base política homogênea. No contexto das eleições de 2022, por exemplo, vídeos virais e transmissões online foram usados para difundir mensagens que combinavam elementos de fé, apelos emocionais e desinformação, moldando percepções e influenciando o voto de milhões de brasileiros.

O impacto que se observa hoje como consequência do extremismo evangélico, e conforme discutido no documentário de Petra, também se conecta com a formação da chamada “bancada da Bíblia” ou “Bancada da Bala” nome popularizado na eleição para presidente e deputados em 2018, um bloco parlamentar que atua diretamente na formulação de políticas públicas alinhadas a princípios religiosos. Essa articulação entre religião e política em prol dos interesses da extrema direita, se reflete na aprovação de



projetos que limitam direitos individuais como a questão do aborto e na resistência a legislações que ampliem garantias para minorias e de grupos em situação de vulnerabilidade social. Para Costa (2025), esse fenômeno de ação de uma extrema direita religiosa com interesses liberais evidencia a nova fusão entre religião e Estado, desafiando o princípio constitucional de laicidade e trazendo implicações diretas e perigosas para a democracia e para a diversidade cultural no país.

“Apocalipse nos Trópicos” (2025) sugere que a tendência a extremismos evangélicos não são apenas um estrondoso fenômeno religioso, mas um projeto político estruturado e perverso, sustentado por redes de comunicação, capital econômico e narrativas negacionistas poderosas e capazes de qualquer troca para atingir objetivos pessoais e do grupo. Essa análise dialoga com Mariano (2014), ao apontar que a associação entre fé e política tem moldado comportamentos eleitorais e aprofundado divisões sociais. Nesse sentido, o documentário serve como um alerta para os riscos da instrumentalização maquiavélica da religião na tomada e manutenção do poder, evidenciando que a democracia brasileira enfrenta desafios complexos diante da consolidação de uma agenda política obscura que combina fundamentalismo religioso e estratégias eleitorais massivas.

3. A relação entre Igreja Católica e extrema-direita nos últimos 10 anos

Ao pensar a relação entre Igreja Católica e extrema-direita nos últimos 10 anos, mesmo a despeito do abrupto crescimento evangélico no cenário político atual, pode se observar que a Igreja Católica também abriga setores conservadores e até extremistas que, na última década, aproximaram-se de discursos muito afinados com os posicionamentos de extrema-direita. Vale citar o posicionamento da obra Lutzer (2003) quando aborda a questão da participação de cristãos no terceiro Reich. Grupos como o Centro Dom Bosco, fundado em 2016, defendem uma “re Cristianização” da sociedade, posicionando-se contra avanços sociais e apoiando pautas nacionalistas e anticomunistas, barrados pela Arquidiocese do Rio que orientou católicos a se manter longe do Centro Dom Bosco, por se mostrarem liberais demais em relação ao liberalismo (Zimbrão, 2025). Esses grupos se consolidaram como referências para fiéis de direita que rejeitam mudanças culturais, ganhando expressivo espaço nas redes sociais e influenciando debates públicos sobre religião, moralidade e política tendenciosos.



Pode se afirmar que nos últimos dez anos, diversos líderes católicos manifestaram apoio explícito a políticas conservadoras e a governos com pautas moralistas, promovendo um discurso extremista que enaltece valores tradicionais e critica o que consideram ameaças à família e à fé a despeito de uma espécie de homem do saco, enquanto ameaça comunista aos adultos. Essa aproximação evidencia uma tentativa disruptiva de frear as transformações sociais e resgatar o papel histórico e retróptico (Bauman, 2017) da Igreja como agente central na formação moral da sociedade aos moldes conservadores. Como apontam Almeida e Tonholi (2023), o discurso conservador católico intensificou ainda mais a polarização religiosa, reforçando fronteiras ideológicas e disputando de forma violenta espaço com o avanço do neopentecostalismo.

Um aspecto central dessa relação está na influência das redes digitais. Perfis católicos conservadores passaram a difundir conteúdos que associam a defesa da “civilização cristã” a pautas de extrema-direita, criando um ambiente de engajamento político e religioso. Segundo Cunha, Lopes e Lui (2014), o uso das plataformas digitais pelos setores católicos tradicionalistas fortaleceu o alcance dessas ideias, permitindo a formação de comunidades virtuais que pressionam lideranças e mobilizam seguidores. Essa estratégia amplia a capacidade de articulação desses grupos, que passaram a disputar diretamente a narrativa sobre temas como gênero, educação sexual e direitos das minorias.

Outro ponto importante é a relação entre o catolicismo tradicionalista e a pauta nacionalista. Nos últimos anos, setores da Igreja passaram a defender políticas de soberania e rejeitar organismos internacionais, argumentando que estes ameaçam os valores cristãos e a autonomia do país. Essa retórica é frequentemente acompanhada por críticas ao “globalismo” e à “ideologia de gênero”, aproximando parte da Igreja de atores políticos da extrema-direita. A estratégia, segundo Salles; Martins; Santini (2024), busca consolidar uma identidade coletiva católica, associando fé, moralidade e defesa da nação.

Além disso, o fortalecimento desses grupos reflete uma disputa interna na própria Igreja Católica. Enquanto o Papa Francisco promove uma agenda voltada para o diálogo, a inclusão social e a defesa do meio ambiente, setores conservadores contestam essas diretrizes, acusando o pontífice de “progressista demais”. No Brasil, essa tensão constante tornou-se exacerbada na relação entre lideranças diocesanas e o Vaticano, com episódios de críticas públicas ao posicionamento do Papa Francisco em questões como



ajuda e opção preferencial pelos pobres, ações sociais, guerras mundiais, acolhimento de migrantes e combate à desigualdade. Essa divisão interna evidencia um conflito mais amplo entre visões distintas de catolicismo, que repercute de maneira incisiva na arena política.

A aproximação cada vez escancarada e crescente entre setores católicos conservadores e a extrema-direita fomenta impactos destrutivos na dinâmica social e eleitoral brasileira. Ao mobilizar discursos morais, nacionalistas e anticomunistas, esses grupos influenciam de forma preocupante a formação de opiniões e comportamentos políticos, reforçando a polarização ideológica no país. Essa convergência entre religião e política, embora não seja inédita nem no Brasil, nem no mundo, ganha força na atualidade devido ao alcance digital e ao reposicionamento da Igreja frente às mudanças culturais e sociais. Para o jornal *Silene non possum* (2025): “O Papa Leão XIV, dado à Igreja para recuperar a unidade, não cessa de chamar todos a um caminho comum: não uma uniformidade estéril, mas uma unidade que saiba valorizar a diversidade como dom e não como problema”. Assim, acredita-se que compreender essa relação é fundamental para analisar as disputas contemporâneas entre religião, Estado e democracia no Brasil.

4. A declaração do bispo Dom Adair José Guimarães (Diocese de Formosa, GO)

A bênção proferida pelo bispo Dom Adair José Guimarães, da Diocese de Formosa (GO) — “Pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida, venha sobre vós a bênção, que nos impede de ter fome, guerra, doença e o comunismo” — insere-se em um contexto mais amplo do fortalecimento de discursos religiosos ideológicos conservadores de extrema direita no Brasil contemporâneo. Embora a citação específica não seja oficialmente registrada em documentos da Diocese, Dom Adair é reconhecido por manifestações públicas contrárias a pautas progressistas e alinhadas a posições de direita ou extrema direita, o que reforça seu papel como um dos porta-vozes de uma visão católica tradicionalista (UOL, 31/08/2025). No dia 10 de outubro de 2024, ele declara ao Estadão que o Brasil vive ditadura e defende réus e condenados pelo 8 de janeiro (Estadão, 08/10/24). Também em uma missa, o bispo goiano defende golpistas do 8 de janeiro e afirma que Brasil vive uma ditadura (Carta Capital, 23/10/2024). Dom Adair também foi um dos que atacaram a campanha da Fraternidade de 2021, quando esta



tratava de ecumenismo e acolhimento, abrindo “fogo contra a campanha. ‘Não fiquemos escutando coisas que não tem nada a ver com a nossa fé. Toda essa confusão com campanha da fraternidade esquece isso!’” (Brasil de Fato, 17 fev. 2021). Quando a Santa Sé, na declaração *Fiducia supplicans* que estabelece uma distinção entre bênçãos litúrgicas e espontâneas e diz “que se pode entender a possibilidade de bendizer os casais em situações irregulares e as duplas do mesmo sexo, sem convalidar oficialmente seu status nem alterar de modo algum a doutrina perene da Igreja sobre o Matrimônio”, Dom Adair anunciou que “na diocese de Formosa não serão observadas essas solicitações e sugestões da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé” (ACI, 23/12/2023).

Ao evocar a proteção de Nossa Senhora Aparecida contra o “comunismo”, o bispo associa diretamente a fé católica a um posicionamento político-ideológico, aproximando-se de setores da Igreja que utilizam símbolos religiosos para orientar comportamentos eleitorais. Esse fenômeno revela como, mesmo em um Estado formalmente laico, líderes religiosos têm desempenhado papel ativo no cenário político, buscando influenciar percepções sociais e eleitorais. De acordo com Fausto (2022), o uso de narrativas religiosas como instrumento de disputa política intensifica a polarização ideológica, criando um ambiente no qual a fé se entrelaça com decisões partidárias e eleitorais.

O discurso de Dom Adair, enquanto um representante hodierno dessa lógica religião-política também se insere em uma narrativa mais ampla que alimenta a fantasia da iminência da “ameaça comunista” no Brasil. Essa construção retórica tem sido amplamente utilizada por setores da direita e da extrema-direita para mobilizar apoiadores e justificar posições conservadoras, inclusive por meio da disseminação de fake news. No entanto, segundo Miskolci (2021), não há evidências concretas de que o comunismo, se isso fosse verdade, represente um risco real à estrutura política e econômica brasileira contemporânea. Ao contrário disso, o apelo a esse “inimigo invisível” serve a uma lógica que busca fortalecer identidades políticas e criar um senso extremado e apocalíptico de urgência moral, o que impera a engajar fiéis e eleitores em torno de um objetivo comum como se fosse para se eleger uma nova espécie messias (Anastácio, 2023).

Nesse contexto, a afirmação ácida de Karl Marx e Friedrich Engels ao dizer que “Um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo” ganha uma nova camada de interpretação à sua ironia original. Quando escrita no Manifesto Comunista (1848), a



expressão aparente e propositalmente fazia referência ao medo das elites europeias diante do crescimento dos movimentos operários e revolucionários que ameaça o comodismo e o conforto elitista. No Brasil hodierno, porém, o “fantasma do comunismo” opera de forma inversa a isso: não como uma realidade política concreta, mas como uma ameaça simbólica, invisível, premente, usada estrategicamente para mobilizar emoções e consolidar discursos conservadores. Essa inversão histórica demonstra como narrativas podem ser ressignificadas para atender a contextos ideológicos específicos e promover uma ampla lavagem cerebral.

Além disso, o fenômeno das fake news políticas evidencia a relação complexa entre religião, política e medo social no Brasil. Pesquisas como a de Souza (2024) apontam que o medo do “comunismo”, mas que necessariamente não se saiba, nem historicamente o que seja esse comunismo, tem sido instrumentalizado em campanhas eleitorais recentes, associando-o a valores como destruição da família, a contraposição ao aborto, a perda imaginária da propriedade privada e a perseguição religiosa e crise moral. A associação de símbolos católicos com esse discurso unilateral amplia seu alcance, sobremaneira em comunidades infestadas de identidade religiosa. Dessa forma, a retórica utilizada por líderes como Dom Adair, Silas Malafaia, Valdomiro Santiano, RR Soares, não apenas orienta comportamentos individuais, mas também reforça fronteiras identitárias e ideológicas no debate público que não servem ao seu amadurecimento.

Buscar compreender a declaração de Dom Adair exige situá-la no cenário de polarização política e cultural que se avolumou no Brasil na última década. Nota-se que a fusão ideológica de setores católicos conservadores com pautas da extrema-direita revela uma tentativa latente de moldar a sociedade segundo pautas e valores considerados inegociáveis, utilizando a fé como base de legitimidade para uma constituição laica. No entanto, a invocação de um “fantasma comunista” descolado da realidade política nacional mostra como a disputa narrativa se tornou tão central quanto a disputa de políticas públicas. Ao mesmo tempo, evidencia a força simbólica da religião como instrumento de mobilização social e como componente-chave para entender os conflitos atuais entre religião, política e democracia no país.

CONCLUSÃO



A análise empreendida sobre a declaração do bispo Dom Adair José Guimarães no encerramento do DESPERTABRASIL, evento católico que aconteceu em Brasil nos dias 30 e 31 de agosto, evidencia que manifestações públicas de líderes religiosos exercem forte impacto no orbe do cenário político e social brasileiro e ainda provocam burburinho, dada a escaladas da polarização política no país. Ao associar a fé católica à proteção contra o “comunismo”, o bispo acessa e manipula entes e símbolos religiosos para sustentar um posicionamento ideológico pessoal, refletindo uma tendência mais ampla de instrumentalização da fé e da religião no debate público. Esse fenômeno reforça a polarização e contribui para a formação de narrativas que conectam valores morais, identidade nacional e disputas eleitorais, mas que não refletem o posicionamento total da Igreja. Além disso, os artigos e textos analisados permitem entrever como discursos simbólicos, amplificados por redes digitais, moldam percepções sociais e intensificam o efeito manada e, portanto, o engajamento de grupos conservadores, fortalecendo fronteiras identitárias e ideológicas.

Por outro lado, o trabalho também demonstra que a propagação mentirosa de uma suposta “ameaça comunista” opera como estratégia política mais do que como risco real ao capitalismo tão amado por religiosos de direita. A referência ao “fantasma do comunismo” que supostamente ronda o Brasil, reinterpretando Marx, expõe como narrativas históricas podem ser ressignificadas para legitimar projetos de poder e mobilizar eleitores. Assim, compreender a fala de Dom Adair e seu contexto exige reconhecer que a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo vai além da fé individual, envolvendo disputas simbólicas, ideológicas e sociais. Portanto, a análise aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre os limites entre Estado laico, liberdade religiosa e democracia, considerando os impactos dessas interações na formação da opinião pública e na configuração do espaço político nacional.

BIBLIOGRAFIAS

ACI. Dioceses do Brasil divergem sobre autorização da Santa Sé a bênção a uniões do mesmo sexo. 23/12/2023. Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticia/57001/dioceses-do-brasil-divergem-sobre-autorizacao-da-santa-se-a-bencao-a-unioes-do-mesmo-sexo>>. Acesso em: 17 out. 2025.



ANASTÁCIO, Aline Guimarães. **Centro Dom Bosco: uma análise do (neo)conservadorismo católico-brasileiro.** 2023. TCC. Orientadora: Sales, Lilian Maria Pinto. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/items/c8668a10-130d-4b10-9adf-b24ad7a3a776>>. Acesso em: 03 set. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades. Limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL DE FATO. **Campanha da CNBB critica “necropolítica” e é atacada por católicos conservadores.** 17/02/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/campanha-da-cnbb-critica-necropolitica-e-e-atacada-por-catolicos-conservadores/>>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRITO CC DE P, FRANÇA TM. **Religião e política: embate de sentidos sobre a fé evangélica em posts de pastores no Instagram.** Bakhtiniana, Rev Estud Discurso [Internet]. 2024. Apr;19(2):e63391p. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2176-4573p63391>>. Acesso em 03 set. 2025.

CARTA CAPITAL. **Em missa, bispo goiano defende golpistas do 8 de Janeiro e afirma que Brasil vive uma ditadura.** 23/10/2024. Disponível em:> <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/em-missa-bispo-goiano-defende-golpistas-do-8-de-janeiro-e-afirma-que-brasil-vive-uma-ditadura>>. Acesso em: 17 out. 2025.

COSTA, Petra. *Apocalypse nos Trópicos* [Documentário]. Direção: Petra Costa. Netflix, 2025.

CUNHA, C. V.; MOURA, J. L.. (2024). **Evangélicos à Esquerda diante da Alvorada Bolsonaroista: O Caso das Eleições de 2020 e 2022 no Brasil.** *Mediações*, 29(3), e51038. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n3e51038>. Acesso em 03 set. 2025.

CUNHA, C.V.; LOPES, P.V.L.; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.** Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

DOMINGOS, Camila de Melo. **Religião e política: os novos contornos da participação evangélica.** Orientador: José Maurício Castro Domingues 2021.

ESTADÃO. **Bispo diz que Brasil vive ditadura e defende réus e condenados pelo 8 de Janeiro.** 08/10/2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bispo-diz-brasil-vive-ditadura-defende-reus-condenados-8-de-janeiro-nprp/?srsltid=AfmBOopsGO3w5B7bQPzVi4EIYM_aixHghY54g4Ln8-B5PqUPKIX3CspW>. Acesso em: 17 out. 2025.



LUTZER, Erwin W. **A cruz de Hitler:** como a cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia nazista. 1. ed. São José dos Campos: Vida, 2003.

MACHADO, M.D.C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **Relig soc [Internet]**. 2015 Dec;35(2):45–72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0100-85872015v35n2cap02>>. Acesso em 03 set. 2025.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas morais:** política identitária na esfera pública técnico-midiática. Belo Horizonte: Autêntica, 2021

SALLES, D.; MARTINS, B.M.; SANTINI, R.M. “Deus, Pátria, Família e Liberdade”: a radicalização política no ecossistema de mídia evangélica digital no Brasil. **Mídia e Cotidiano**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 25–52, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/59933>>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica**, Ciudad de México , n. 64, p. 223-256, jun. 2017. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-85742017000100223&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 03 set. 2025.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. 3. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2024.

ULME. **A relação entre religião e política no Brasil:** uma história de influência e desafios. Brasília: ULME, 2025.

UOU. **Bispo pede a Nossa Senhora que 'impeça o comunismo' no Brasil em evento com frei Gilson**. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/08/31/bispo-pede-a-nossa-senhora-que-impeca-o-comunismo-no-brasil-em-evento-com-frei-gilson.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 03 set. 2025.

ZIMBRÃO, Nathalia. **Arquidiocese do Rio orienta católicos a se manter longe do Centro Dom Bosco, que se aproximou de tradicionalistas**. 17 de jun de 2025. Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticia/63247/arquidiocese-do-rio-orienta-catolicos-a-se-manter-longo-do-centro-dom-bosco-que-se-aproximou-de-traditionalistas>>. Acesso em: 07 set. 2025.